

# REFLEXÕES SOBRE A GENEALOGIA DE JESUS EM MATEUS

Paulo Rodrigues Ribeiro<sup>1</sup>

## Resumo

*O estudo aborda, sob uma perspectiva histórica, a genealogia de Jesus apresentada por Mateus. A leitura da obra do evangelista aponta a possibilidade de análise a partir do conceito foucaultiano de emergência, como irrupção de uma nova prática religiosa distinta das tradições do judaísmo, o que explica a presença feminina nessa construção genealógica. O feminino é abordado a partir da maternidade, a concepção e o nascimento do Cristo como obra de Deus, ressaltando a figura de Maria como síntese de uma abertura de gênero expressa pela presença de Tamar, Raab, Rute e Betsabeia na genealogia de Jesus apresentada por Mateus.*

**Palavras-chave:** Genealogia. Tradição. Maternidade. Remissão. Emergência.

## Abstract

*The study discusses, from a historical perspective, the genealogy of Jesus presented by Matthew. The reading of the evangelist's work points to the possibility of an analysis from the foucaultian concept of emergency, as irruption of a new religious practice distinct from the Judaism' traditions, which explains the female presence in this genealogic construction. The feminine is approached from the maternity, conception and birth of Christ as God's work, highlighting the figure of Mary as synthesis of a gender opening expressed by the presence of Tamar, Rahab, Ruth and Batsheba in the genealogy of Jesus presented by Matthew.*

## Introdução

O objetivo deste estudo é analisar os fundamentos que explicam, no Livro de Mateus, a genealogia de Jesus, o Cristo. O pressuposto aqui utilizado é de que a genealogia hebraica tal como fora expressa no Livro de Esdras (2,2-61) não explica

1. Professor-Adjunto do Departamento de História, Geografia, Ciências Sociais e Relações Internacionais, da Pontifícia Universidade Católica de Goiás.

o nascimento de Jesus como símbolo de uma nova aliança entre o Criador e o seu povo. Neste sentido, considera-se que o esforço de Mateus revela a emergência de uma nova concepção de fé e a proveniência de práticas religiosas distintas daquelas que eram dominantes naquele momento.

É preciso, portanto, em um primeiro momento, destacar as diferentes temporalidades que envolvem estes escritos. Esdras, relata em seu livro o segundo retorno dos israelitas à Palestina no século V aC: primeiro, sob a Liderança de Zorobabel (Esd 1–6) que, autorizado pelo rei Ciro (1,1-4), levou seu povo de volta à Terra Santa, restabelecendo o culto e lançando os alicerces para a reconstrução do Templo; posteriormente sob a direção de Esdras, autorizado pelo rei Artaxerxes, o regresso da segunda colônia de exilados (Esd 7–10). Os escritos de Esdras revelam dois pontos fundamentais para a análise: a genealogia das famílias hebraicas que obtiveram o “direito” de retorno (2,8) e a reconstrução da fé em bases tradicionais (Esd 3–6; 9–10).

Esdras nestas passagens expressa sua confiança na proteção divina e, ao mesmo tempo, reforça a importância da tradição como fundamento da aliança entre Deus e o seu povo.

Atribui-se a ele a realização de reformas religiosas que resultaram na institucionalização do judaísmo<sup>2</sup>, na fundamentação das leis como a Palavra de Deus (Lei de Moisés, Esd 3,2; 6,18; 7,6; os Mandamentos, 6,14; 10,3; e a Lei do Senhor, 7,10.14) e o seu poder na condução da vida humana. Devido a este avivamento no estudo da palavra de Deus e das tradições acredita-se que tenha sido o compilador da maioria dos livros do Antigo Testamento.

O momento vivido por Esdras marca a passagem da tradição oral para a escrita entre o povo hebreu e, neste contexto, a consolidação da base identitária do judaísmo se fará a partir de uma intransponível ligação entre o passado e o presente. A construção dessa temporalidade, segundo Paul Ricoeur, faz da história uma “totalidade ligada pela continuidade”<sup>3</sup>. Neste sentido a narrativa histórica, ao estabelecer uma ligação entre passado e presente, implica em uma fixidez da história do grupo naquilo que é definido como próprio do grupo, isto é, sua identidade. Assim, a partir de Esdras pode-se estabelecer o sentido da tradição como elemento mediador da vida social do povo, fundamentada em princípios jurídicos como a lei do sábado, a lei da circuncisão e a lei do puro/impuro.

O livro de Mateus é a primeira parte do Evangelário<sup>4</sup>. Constitui-se em um relato da vida, ministério, morte/ressurreição de Jesus. A preocupação deste evangelista

2. Segundo Ferreira, outro momento importante na consolidação do judaísmo foi a Academia que se reuniu na cidade de Jâmnia após a destruição do Templo de Jerusalém: “ali, eles organizaram o judaísmo que devia estar preparado para a subsistência em qualquer parte do mundo”. FERREIRA, Joel Antônio. *Paulo, Jesus e os marginalizados: leitura conflitual do Novo Testamento*. Goiânia: Editora da UCG, Editora América, 2009, p. 199.

3. RICOEUR, Paul. *Tempo e narrativa*, Tomo III. Campinas: Papirus, 1997, p. 190.

4. Termo de uso litúrgico da Igreja Católica, designando os quatro evangelhos canônicos: Evangelho de São Mateus, Evangelho de São Marcos. Evangelho de São Lucas e Evangelho de São João. O primeiro livro é o de Mateus, embora cronologicamente não tenha sido o primeiro a ser escrito. O desenvolvimento do criticismo bíblico do Novo Testamento a partir do século XVIII, centrado na questão sinótica, apontou que o Livro de Marcos é o canônico mais antigo.

é fundamentar a fé em Cristo com base na lei bíblica, demonstrando como Jesus é a consecução das profecias judaicas. Assim, Mateus traça a genealogia de Jesus destacando sua posição em relação aos hebreus a partir de sua descendência de Abraão e Davi: “De sorte que todas as gerações, desde Abraão até Davi, são catorze gerações; e desde Davi até a deportação para a Babilônia, catorze gerações; e desde a deportação para a Babilônia até Cristo, catorze gerações” (Mt 1,17).

No entanto, o messianismo de Jesus em Mateus enriquece o conceito de geração existente na tradição hebraica, dando ao passado um sentido que ultrapassa a tradição e com isso rompe a fixidez genealógica do judaísmo. A ressurreição de Jesus, apresentada como possibilidade de resgate, pode ser entendida como uma atualização do passado na promessa divina que se realiza, isto é, a compensação da morte pela vida consubstanciará o fundamento da tríade cristã entre passado, presente e futuro: o reino dos predecessores, o reino dos contemporâneos e o reino dos sucessores<sup>5</sup>.

Em relação a este Cânone é importante observar o contexto no qual surgiu e a influência que este exercerá na comunidade de Mateus. A concepção de justiça presente no texto reforça a fé na possibilidade de um futuro promissor que sustenta o caráter messiânico da morte de Jesus e o ideal de resgate pelo sangue como sentido de salvação na promessa divina (26,31.54.56; 27,9.35). Assim, podemos associar a sua obra ao tempo vivido e, também, a uma temporalidade universal que este assume dentro do cristianismo. Não é possível precisar com certeza quando o seu Evangelho foi escrito, mas sua comunidade está em plena atividade religiosa no período entre os anos de 70 e 110 dC<sup>6</sup>. Trata-se de uma minoria de cristãos de origem judaica submetida a uma dupla opressão: das lideranças judaicas que se baseavam em um judaísmo formativo (fundamentado em Esdras) e a dos romanos<sup>7</sup>.

Segundo Ferreira<sup>8</sup>, “o Evangelho de Mateus parece que estava pronto pelos anos 80 dC”. Portanto, se este é o momento mais significativo da comunidade mateana, ele corresponde também ao início do governo imperial de Domiciano. Titus Flavius Domitianus foi imperador romano de 81 a 96, sucedendo no trono imperial a seu irmão, o Imperador Tito (Tito Flávio Vespasiano Augusto). Domiciano é apontado tradicionalmente como um Imperador cruel e injusto. As formalidades institucionais da fase republicana em Roma foram definitivamente suprimidas em seu governo. Concentrando todo o poder em suas mãos, perseguiu todos os que con-

5. A importância dessa relação entre passado, presente e futuro na construção do tempo histórico pode ser encontrada em Paul Ricoeur, op. cit., p. 191.

6. Este é o momento compreendido entre a destruição do Templo de Jerusalém pelo General Tito, durante o reinado de Vespasiano, e o surgimento da Epístola aos habitantes de Esmirna, dentro da tradição cristã fundamental, como afirmação da real existência de Jesus, escrita por Inácio de Antioquia.

7. O grupo mateano entende-se como distinto de seus oponentes seja da comunidade judaica dominante (5,10-12; 10,17; 22,6; 23,31-35) seja em relação aos outros povos (5,47; 6,7.32; 10,18.22; 18,7; 24,9).

8. FERREIRA, Joel Antônio. *Paulo, Jesus e os Marginalizados: leitura conflitual do Novo Testamento*. Goiânia: Editora da PUC, Editora América, 2009, p. 177.

testavam sua autoridade<sup>9</sup>; confrontou-se com o Senado e aterrorizou o patriciado romano. Apesar de ter sido responsável pela reconstrução de Roma após os incêndios de 64 e 80 e de seu reinado ter sido o mais longo desde Tibério<sup>10</sup>, seu personalismo político o conduziu a uma condição de desprezo após sua morte chegando mesmo o Senado a aprovar em relação a sua pessoa uma “condenação da memória” (*damnatio memoriae*), eliminando o seu nome de todos os registros públicos<sup>11</sup>.

A autocracia de Domiciano fez com que fossem reforçados os cultos tradicionais romanos. Deificando sua linhagem familiar e vinculando suas origens a Júpiter mandou construir o templo em homenagem a seu pai Vespasiano e a seu irmão Tito, imperadores da dinastia flaviana que o antecederam, restaurando o culto imperial. Com isso, as comunidades judaicas e cristãs foram duramente perseguidas em seu governo. Contrariando a política religiosa tradicional dos romanos, geralmente marcada por tolerância às práticas culturais e religiosas das gentes<sup>12</sup>, judeus e cristãos foram duramente perseguidos.

Os judeus tiveram a cidade de Jerusalém e o seu templo destruídos por ocasião da Primeira Guerra Judaico-Romana (66-73). No ano de 70, o então general Tito, sob o comando de seu pai Vespasiano, entrou em Jerusalém destruindo o seu Templo, iniciando uma nova fase diaspórica da história das comunidades judaicas. Desde então, houve uma forte resistência judaica ao processo de romanização em toda a região da Palestina, o que resultou na eclosão de mais dois importantes conflitos: a Segunda Guerra Judaico-Romana (115-117); e a Terceira Guerra Judaico-Romana (132). Pode-se dizer que estes conflitos, em especial o primeiro tiveram resultados ambíguos, pois a expulsão dos judeus da Palestina e a destruição do seu templo tinham por objetivo desestruturar as bases da cultura e religião deste povo representa-

9. Em Roma, desde a República, havia a “Lex Majestatis Populi Romani (lei de majestade do Povo Romano) que punia com a morte qualquer tentativa para liquidar esta supremacia, ou mesmo para a lesar moralmente. No Império, a lei de majestade, aplicada à própria pessoa do Príncipe, foi um temível instrumento de poder.” GRIMAL, Pierre. *A civilização romana*. Lisboa: Edições 70, 1993, p. 112.

10. Tibério Cláudio Nero governou Roma de 14 a 37, sucedendo ao Imperador Otávio (27 aC a 14 dC), que foi responsável pela implantação da forma imperial de governo, caracterizada pela obtenção de títulos que o colocavam à frente das instituições romanas: o título de *Princeps*, primeiro cidadão; o título de Imperator, comandante supremo das tropas romanas; e o título de *Augustus*, o iluminado, condição atribuída às divindades. A tribúncia potestas confirmava o Imperador como *pontifex maximus* (sacerdote supremo) e *pater patriae* (pai da pátria). A respeito da autoridade imperial Pierre Grimal afirma que o Príncipe detinha todos os meios de ação, mas como Augusto não queria ser acusado de instaurar uma monarquia manteve as instituições republicanas, embora seus títulos o identificassem com o Estado. Para este estudo isso se faz importante, pois a *majestas* (daí vem o sentido do termo majestade) atribuída ao Estado romano “é uma verdadeira virtude, uma propriedade de ordem moral e afirmada pelos factos, que coloca o *Populus Romanus* acima de outros povos e, ao mesmo tempo, acima de todos os indivíduos” (GRIMAL, Pierre. Op. cit., p. 111).

11. A crise política que sucedeu à morte do Imperador Nero e pôs termo ao poder dinástico iniciado por Otávio é analisada por Grimal como fundamental para que a autoridade imperial saísse fortalecida (GRIMAL, Pierre. Op. cit., p. 53-54).

12. Referência que se faz às populações não romanizadas dentro do Império Romano.

da pela aliança<sup>13</sup> entre Deus e o seu povo, simbolizada pela Terra Prometida, mas as tradições foram mantidas e, em muitos casos, até mesmo nas comunidades cristãs.

O cristianismo foi inicialmente em Roma uma religião exótica originada na porção Oriental do Império<sup>14</sup>. Os problemas suscitados na Judeia com o nascimento de Jesus, durante o Governo de Otávio, e pela sua morte à época de Tibério, não causaram grande repercussão em Roma. Ambos os acontecimentos foram tomados como problemas administrativos em uma região onde a dominação romana havia enfrentado conturbações desde o início em 64 aC. O primeiro caso documentado de perseguição aos cristãos foi registrado no ano de 64, durante o governo de Nero<sup>15</sup>, e ocorreu sistematicamente até 313 com o Edito de Milão do Imperador Constantino, que concedeu liberdade de culto aos cristãos. Essas perseguições foram especialmente violentas nos reinados de Domiciano, Trajano, Marco Aurélio e Septímio Severo, mas nestes momentos de virulência eram de caráter muito mais político do que religioso.

Portanto, a comunidade de Mateus, tratando-se de cristãos de origem judaica, é formada por grupos marginalizados dentro do universo imperial romano. O Cristianismo tem sua origem na tradição judaica, ligada à crença na vinda de um Messias, o filho de Deus que asseguraria a salvação a todos os que acreditassem nele. O princípio cristão de fé assume um caráter universalista, que contraria as estruturas de poder do Império: do ponto de vista social e econômico, por estar ele assentado em bases escravistas; do ponto de vista político, por se chocar com o caráter universal do poder imperial dentro de suas fronteiras.

O cristianismo surge em uma região e em um momento particularmente conturbados. A resistência à dominação romana na Palestina sempre foi muito grande. A nomeação de Pôncio Pilatos como governador foi para acalmar os ânimos entre a população e reforçar os laços com as elites dominantes na região. A ação de Pilatos como governador assumiu uma postura repressiva em relação à população local, principalmente nas regiões mais pauperizadas, como é o caso da Galileia.

13. No Velho Testamento a ideia de uma aliança representa a ágape entre Deus e seu povo, um pacto mútuo de fidelidade baseado na obrigação de preservação da fé e o direito a Canaã (Terra Prometida). A infidelidade do povo de Israel será punida por Deus com o exílio, portanto foi no período dos Reis, com a afirmação da monarquia em Israel, que tal acepção se consolidou. Os princípios dessa aliança aparecem em várias passagens que aparentemente dão ao termo um significado polissêmico (a aliança universal com Noé (Gn 17,3-14), a aliança salvífica com Abraão e o pacto de circuncisão (Gn 17,3-14), o pacto de liberdade do povo de Israel (Lv 26,42-45; Dt 4,31; Eclo 44,21-23), o pacto da escolha divina (Ex 19,4-8), o pacto de proteção divina (Dt 11,22-25; 28,1-14). No entanto, o que se pode inferir em todas elas é a afirmação da ágape como base de uma Lei (Jr 31,33s; 32,37-41; Ez 36,26), que será formalizada por Esdras como o fundamento identitário do povo judeu.

14. Segundo Grimal, a religião do Estado romano, controlada pelos colégios sacerdotais oficiais, não era tão rígida como comumente se acredita, sendo capaz de absorver influências de outros povos na medida em que o Império se expandia (GRIMAL, Pierre. Op. cit., p. 80).

15. Há de se notar aqui que se trata de registros históricos em relação às perseguições de comunidades cristãs, pois é notório o fato de que o próprio Jesus tenha sido condenado por autoridades romanas e executado por soldados romanos, bem como a perseguição sofrida pelos Apóstolos, principalmente registradas nos livros de Paulo no Novo Testamento, em especial Filémon.

Esse clima político marcado por rebeliões e alianças na região da Palestina, associado à prática romana de controlar pela repressão o surgimento de grupos que pudessem contrariar o domínio do Império, transformaram não só Jesus, mas todos os seus seguidores, em adversários potenciais para Roma. Da mesma forma que a condenação a Jesus demonstrou certa simpatia romana para com as autoridades religiosas judaicas, a perseguição às comunidades judaicas tradicionais que resistiam à diáspora e aos cristãos sugerem uma aliança com os novos grupos dominantes na região, que viam no helenismo greco-romano um mecanismo de afirmação de sua dominação. Neste sentido, é preciso reconhecer que Mateus, assim como os outros evangelistas, assumiu uma importante missão de criar a identidade de Jesus com os grupos marginalizados dentro do Império Romano. Utilizou para tanto uma estratégia de reconstruir a genealogia de Jesus, dando-lhe uma identidade como o Messias; vinculou o seu nascimento à casa de Davi, de quem descende José (Mt 1,1-16), mas ao mesmo tempo rompeu com as tradições genealógicas judaicas.

### **A genealogia judaica**

As genealogias construídas nas sociedades antigas marcam a afirmação do poder patriarcal, isto é, elas afirmam o poder do pai associando a ele as tradições que fundam a identidade do grupo. O caráter patriarcal da organização familiar foi estudado por Engels<sup>16</sup>, que associou a sua origem à propriedade privada. Este estudo reforça assim a ideia de que o poder patriarcal se afirma pela necessidade de preservar a propriedade privada como base da organização social. O termo patriarcal é derivado da palavra grega *pater*, e o seu sentido como elemento ordenador das estruturas sociais relaciona-se a uma autoridade masculina, com poder religioso e territorial, que possui uma jurisdição sobre uma comunidade ou um grupo. Para Engels, essa autoridade deriva do caráter privado da propriedade.

Portanto, nesta perspectiva, é possível estabelecer uma relação entre o poder patriarcal e o patrimônio como forma de sua sustentação. A palavra patrimônio é formada por dois vocábulos gregos, *pater* e *nomos*, designando aquilo que pode ser legado de geração a geração. Assim, patrimônio pode-se referir tanto aos costumes, tradições e origens, quanto à propriedade. A etimologia do vocábulo *nomos* na Antiga Grécia sugere uma relação direta com a lei ou aquele que era responsável por sua preservação, o que torna o termo polissêmico, mas cada vez mais vinculado às práticas que fundamentam a justiça nos tribunais das cidades (*póleis*); o termo *nomos* passou a significar em seu uso mais comum a lei escrita, que, segundo Engels, fundamenta o surgimento do Estado como mantenedor da propriedade.

16. FREDERICK Engels. *The origin of the Family, private property and the state*. Londres: Lawrence and Wishart, 1941.

A análise de Engels, fundamentada no evolucionismo de Morgan<sup>17</sup>, permite uma leitura crítica da genealogia como fundamento do patriarcalismo, possibilitando sua relação com as formas de poder que são instituídas a partir da dissolução dos laços tribais entre os hebreus. A tradição hebraica deu ao patriarcalismo não só uma forte significação religiosa, vinculada à preservação da aliança do povo com Deus, mas também uma conotação de autoridade que mantinha coesa a toda a comunidade.

O sentido do patriarcalismo é adotado entre os hebreus entre os séculos V e VI aC, para qualificar o líder de uma comunidade. Pode-se atribuir a Esdras, na condição de copista das Leis Mosaicas, a consolidação do patriarcalismo como forma de poder social, associando à figura paterna a função de manter as leis e as tradições do grupo. No Velho Testamento o patriarca é o responsável pela preservação da aliança com Deus, sendo sua autoridade protegida pela Lei (Ex 20,12; Dt 5,16). Desafiar o pai ou maldizer a sua casa resulta em castigo divino (Ex 21,15-17; Dt 21,18-21), sendo que, aos olhos de Deus, o amor entre filhos e pais é incondicional (ágape), ressaltando que entre os hebreus a figura paterna não está associada a Deus<sup>18</sup>.

A construção da genealogia hebraica, fundamentada na Lei, realizada por Esdras, firma um único sentido como momento fundador da fé. Com base em Ricoeur<sup>19</sup>, é possível afirmar que o tempo nas narrativas orais apresenta-se de forma heterogênea, fundado nos ritos e festas e centrado na vivência dos indivíduos. A genealogia, na forma como foi elaborada por Esdras, é um mecanismo que objetiva o tempo, dando-lhe um sentido cronológico, que concentra em si a experiência do grupo, eliminando, assim, a multiplicidade das experiências anteriores consideradas indignas de registro.

A genealogia parte de um acontecimento fundador que dá ao passado um sentido daquilo que se quer preservar por um esforço de memória. Portanto se estabelece aqui uma relação entre os conceitos de identidade e memória, pois a identidade pode ser compreendida a partir dos mecanismos de enquadramento da memória, isto é, do reconhecimento da reminiscência como elemento fundador do grupo. A memória é, então, uma forma de enquadramento na vida social, no qual os valores, símbolos e significados são produzidos e passam a ter um sentido para o indivíduo.

Por isso, pode-se dizer que a identidade permite ao indivíduo se reconhecer como parte de um grupo e construção da memória coletiva legitima os papéis sociais e os configura socialmente. Ao construir sua memória a própria sociedade conduz

17. Lewis Henry Morgan (1818-1891) é um dos pais da antropologia moderna, consolidando este campo de conhecimento, a etnologia, entre as Ciências Humanas, conferindo-lhe um método, descritivo, e um objeto, a cultura e sua diversidade. Publicou em 1877 sua obra *Ancient Society*, onde expõe os estágios evolutivos da sociedade humana: selvageria, barbárie e civilização. Trata-se de uma concepção unilinear da história, que identifica um caminho ascendente para o desenvolvimento humano que irá influenciar vários estudos no século XIX, principalmente aqueles que propõem uma visão totalizante da História.

18. O sentido de Deus Pai nasce com o cristianismo (Mt 5,16.45.48; 7,21; 11,25; 24,36; Lc 10,22; Mc 13,32). Leia mais em: <http://www.bibliacatolica.com.br/dicionario/15.php#ixzz1pYrLIwt1>.

19. RICOEUR, Paul. Op. cit., p. 182.

esse processo de reconhecimento, pois a identidade está relacionada ao processo de singularização de uma formação social, revelando a sua maneira distinta de existir, criando as referências que a tornam única. Isto conduz ao pressuposto de que as representações elaboradas e as suas formas de elaboração são construções simbólicas, nas quais os agentes coletivos dão sentido ao seu mundo. Procuram entendê-lo e se adequar a ele, abrindo caminhos para as tensões, contradições e ilusões que caracterizam a relação indivíduo e sociedade.

Sob a perspectiva da memória a genealogia possui um simbolismo opaco, que segundo Ricouer<sup>20</sup> liga os contemporâneos aos predecessores e os sucessores por uma conexão construída pela tradição, cuja continuidade transforma em documentos as vivências do grupo, conforme nos ensina também Michel Foucault<sup>21</sup>.

Assim, a memória percorre dois sentidos temporais, o passado e o presente, permitindo que os acontecimentos sejam enunciados conforme uma lógica temporal que lhes confere um único significado. Para Ricouer a relação entre o antes e o depois, no tempo, possibilita que “o olhar do observador o percorra em ambos os sentidos”<sup>22</sup>. Com isso o instante rememorado qualifica o presente, legitimando as relações de poder no interior do grupo. Tal esforço explica a preocupação de Esdras em definir a identidade do povo judeu com base nas Leis de circuncisão, do puro e impuro e do sábado, pois a vida social do grupo ganhou significado a partir da construção genealógica que o separou dos “outros”: os impuros, estrangeiros e pagãos.

A genealogia estabelece uma relação entre os contemporâneos e as gerações passadas, essa relação entre os indivíduos, tomada em uma dimensão temporal (passado e presente), fixa a história do grupo em um sentido ético-político, estabelecido pela continuidade, no qual a sequência de gerações torna-se um desencadeamento cuja função é a transmissão de toda uma bagagem cultural que torna o tempo uma totalidade histórica na relação entre os contemporâneos, os predecessores e os sucessores, conforme expõe Ricouer<sup>23</sup>.

Para este autor o conhecimento do passado possibilita a mediação entre o tempo privado (vida do indivíduo) e o tempo público (entendido como a bagagem histórica do grupo ao qual o indivíduo pertence), tornando “porosa a fronteira que separa

20. RICOUER, Paul. Op. cit., p. 195.

21. FOUCAULT, Michel. *Arqueologia do Saber*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1986. Nesta obra Foucault afirma que “a história em sua forma tradicional, se dispunha a ‘memorizar’ os monumentos do passado, transformá-los em documentos e fazer falarem estes rastros que, por si mesmos, raramente são verbais, ou que dizem em silêncio coisa diversa do que dizem; em nossos dias, a história é o que transforma os documentos em monumentos e que desdobra, onde se decifravam rastros deixados pelos homens, onde se tentava reconhecer em profundidade o que tinham sido, uma massa de elementos que devem ser isolados, agrupados, tornados pertinentes, inter-relacionados, organizados em conjunto” (p. 8). O autor propõe em lugar da história tradicional um inventário das diferenças e das discontinuidades.

22. RICOUER, Paul. *Tempo e narrativa*, p. 184.

23. RICOUER, Paul. *Tempo e narrativa*, p. 189.



o passado histórico da memória individual”<sup>24</sup>. Essa porosidade, da mesma forma que possibilita o entrecruzamento entre os diversos tempos históricos, favorece igualmente a irrupção de acontecimentos novos que podem resultar na resignificação de tudo que veio antes, tal é o caso do nascimento do cristianismo dentro das tradições judaicas.

Outro aspecto importante é a figuração da mulher nas construções genealógicas. A genealogia é um sofisticado mecanismo de controle sobre a mulher, na medida em que são atribuídos valores positivos à figura masculina na sociedade<sup>25</sup>, pois ela apoia-se no princípio da oposição solidária dos contrários, no qual a organização da sociedade humana tem na dicotomia sexual um dos seus fundamentos, associando a cada polo, masculino e feminino, um conjunto de atributos e qualidades que exprimem as diferenças e a complementaridade entre os sexos.

Essas relações binárias regem as relações de gênero, definindo a ambivalência e ambiguidades nas definições dos papéis sociais de homens e mulheres na sociedade, revelando as formas de conflito, o movimento e o repouso dos grupos e indivíduos, pois as relações sociais de gênero foram construídas à luz das diferenças sobre as quais os sexos foram concebidos social e culturalmente.

Neste sentido, as genealogias refletem atitudes e compõem as representações que homens construíram sobre o passado da sociedade, são, por assim dizer, masculinas. Para Duby<sup>26</sup>, “desde os primórdios da história que a mulher foi um tema de predileção para os construtores de imagens”. Ao investigar essas construções sociais o autor nos indica que as imagens de mulheres em uma sociedade são carregadas de valores e concepções éticas e morais, entretanto são significantes que nos deixam entrever determinadas práticas sociais a partir das quais foram tecidas as imagens de mulher, “as representações mentais, cuja evolução se prosseguiu no imaginário ao longo dos séculos”<sup>27</sup>. A genealogia hebraica, por ser uma construção masculina, aponta o patriarcalismo como um dos elementos fundantes da vida social do grupo, apesar de não negligenciar o atributo natural da mulher, a maternidade, como complementar à ordem social. Mas as relações assim colocadas tomam formas modelares, exemplares e primordiais, que negligenciam a situação de alteridade que tem a mulher neste grupo, a sua função de reprodução subordina-se à construção simbólica do mundo e da sociedade. A maternidade se apresenta como atributo feminino por excelência, mas ao mesmo tempo expressa a ambiguidade e a ambivalência social nas relações de gênero, pois ela dota a mulher com um poder que precisa ser regu-

24. RICOUER, Paul. *Tempo e narrativa*, p. 193.

25. Para muitos povos da antiguidade o sêmen simboliza a força da vida, “e a vida humana só pode descender daquilo que caracteriza o homem: o seu cérebro, sede de suas faculdades próprias”, por isto é comum acreditarem que o sêmen provinha do cérebro, ligado ao falo pela espinha dorsal (CHEVALIER, Jean; GHEERBRANT, Alain. *Dicionário de símbolos*. Rio de Janeiro: Livraria José Olímpio, 1997, p. 813.

26. DUBY, Georges e PERROT, Michele. *Imagens da mulher*. Porto Alegre: Afrontamentos, 1992, p. 17.

27. DUBY, Ibidem.

lado e subordinado àquilo que simbolicamente representa a tradição como atributo masculino. Essa ambiguidade e ambivalência surgem nas construções das genealogias de Jesus, incorporando figuras femininas que assinalam descontinuidades com as tradições judaicas, fixadas pela tradição elaborada por Esdras.

### **A genealogia de Jesus**

As genealogias são formadas por redes de lembranças, fundamentadas nas tradições, abrindo possibilidades para que os indivíduos possam (re)construir suas experiências com o passado. A memória é, então, o suporte para que elas sejam construídas. A tradição judaica transformou o ato de criação em um atributo masculino por excelência, nela o Deus criador não estabelece nenhuma relação com o feminino, pois o ato de criação é onipotente, o que distancia a sua religião das demais em sua época, especialmente da religião helênica, cujos traços foram absorvidos pelos romanos. Ademais afasta da figura feminina o sentido de fecundidade e fertilidade, ao analisar o tempo e sua relação com a memória no pensamento judaico-cristão. Le Goff nos diz que para o judaísmo “Yahwēh, depois de ter criado o céu e a terra, fertilizou o deserto inicial fazendo chover e criando o homem para trabalhar o húmus (o jogo de palavras Adam-Adamu)<sup>28</sup>, portanto para a tradição judaica a fecundidade está na criação como ato divino que possibilita também ao homem, enquanto gênero (Adão), a fertilidade.

A distinção entre passado e presente é fundamental na construção genealógica. No entanto, a relação com o passado torna-se difusa, pois a definição da estrutura do tempo presente se alicerça nas sombras do passado e, também, indica um futuro como outra dimensão temporal, o que foi perfeitamente incorporado pelo pensamento cristão. Para Le Goff, Santo Agostinho exprimiu, com profundidade, o sistema das três visões temporais ao dizer que só vivemos no presente, mas este presente tem várias dimensões, “o presente das coisas passadas, o presente das coisas presentes, o presente das coisas futuras”<sup>29</sup>.

Segundo este autor, o judaísmo e, em especial, o cristianismo estabeleceram uma estreita relação entre religião e memória, pois o sentido da fé nas duas tradições religiosas pressupõe o passado como ligação entre Deus e os homens. Os fundamentos das duas religiões estão nas reminiscências da relação do povo escolhido e seu Deus, aí repousando sua memória fundadora, isto é, a sua identidade.

Os evangelistas evocam a memória de Jesus como o centro de seus ensinamentos, enquanto apóstolos e sucessores de Cristo na sua missão evangelizadora, entre as comunidades judaico-cristãs ou entre os pagãos. Nas comunidades cristãs a valorização do presente vivido se faz em razão da crença na presença de Cristo, como a promessa de salvação. Para tanto, a memória de Jesus transcende ao tempo e aparece

28. LE GOFF, Jacques. *História e memória*. Campinas, SP: Editora Unicamp, 1996, p. 304.

29. LE GOFF, Jacques. *Idem*, p. 205.

como um dom aos iniciados. Eles acreditam na sua morte, ressurreição e ascensão, como expressões da revelação messiânica divina, que nega por completo qualquer experiência estritamente temporal, separando passado, presente e futuro. Segundo Le Goff, referindo-se ao pensamento de Dahl, “o ensino cristão é memória, o culto cristão é comemoração”<sup>30</sup>.

O evangeliário representa, para o cristianismo, a passagem da memória oral à escrita e, portanto, uma memorização fundadora da religião. A escrita aparece aí como uma memória artificial<sup>31</sup> e o evangelista como uma espécie de *mnemon*, pessoa que guarda o passado tendo em vista a aplicação da justiça. A associação entre a vida e a morte de Jesus e sua missão evangelizadora adquire um efeito religioso que possibilita a difusão da mensagem cristã como a ‘boa-nova’, o Evangelho anunciava, assim, a possibilidade de salvação e, com isso, assumiu um sentido teológico.

Ao definir memória Le Goff afirma que ela permite ao homem “atualizar impressões ou informações passadas, ou que ele representa como passadas”<sup>32</sup>. Essa definição lança uma luz sobre as diversas possibilidades de leitura sobre a presença de Jesus nas comunidades cristãs originárias. Essa preocupação tem lugar especialmente no livro de Mateus, pois abre um leque de questões que envolvem a sua vida, ministério e morte como uma construção de memória, o que possibilita uma profícua reflexão sobre o seu sentido e os significados que produz.

Segundo Ricouer “a morte, para a história, assume uma significação eminentemente ambígua, em que se misturam a referência à intimidade da mortalidade de cada homem e a referência ao caráter público da substituição dos mortos pelos vivos”<sup>33</sup>. Neste sentido pode-se pensar a refiguração da divinização de Jesus após a sua morte, pois a sua ressurreição e ascensão o conectava diretamente com as comunidades que se reuniam em seu nome e a crença em sua presença recoloca a relação temporal entre passado, presente e futuro como um diálogo entre tempo individual ( a vida de Jesus) e o tempo público ( a sua presença na comunidade).

Uma ressignificação do tempo traçando a genealogia de Jesus se fez necessária, estabelecendo um sentido entre passado, presente e futuro. Sua elaboração é feita a partir da criação de um momento axial, o nascimento do Cristo. Para Ricouer<sup>34</sup>, este momento axial “é um acontecimento tão importante que se considera que ele dá um curso novo às coisas”. Este acontecimento permite a organização temporal em uma sequência lógica que possibilita pensar todos os outros fatos em um desencadeamento, um em ligação com o outro, cuja referência é o próprio momento axial.

30. LE GOFF, Jacques. Op. cit., p. 445.

31. Le Goff define os princípios da memória artificial como a lembrança das imagens necessária à memória, e o recurso a uma organização, uma ordem essencial para uma boa memória (LE GOFF, op. cit., p. 440).

32. LE GOFF, Jacques. Op. cit., p. 423.

33. RICOUER, Paul. Op. cit., p. 194.

34. RICOUER, Paul. Op. cit., p. 185.

Foucault<sup>35</sup>, em sua análise sobre a microfísica do poder, propõe uma releitura da genealogia e seu papel na construção do saber histórico, bem como sua relação com o poder. Este filósofo considera que o caráter linear das genealogias que explicam as origens de um grupo expressa as relações de poder existentes em seu interior e, portanto, carregam em si a origem dos preconceitos morais que dão identidade a ele. No entanto, em sua análise do tempo histórico, baseada nas descontinuidades, ressalta a possibilidade de se pensar a genealogia como a emergência de novas práticas que rompem com a linearidade do discurso histórico dominante.

Ao analisar os discursos construídos como práticas reveladoras das relações de poder, Foucault encontra a possibilidade de pensar o tempo histórico a partir da dispersão dos acontecimentos, de sua multiplicidade e da impossibilidade de se tecer uma linha de continuidade histórica entre todos eles. Assim, ele pensa a proveniência dos fatos como exterior a sua lógica, como algo acidental que só encontra significado nas formações discursivas. Por isto mesmo afirma que “a pesquisa da proveniência não funda, muito pelo contrário: ela agita o que se percebia imóvel, ela mostra a heterogeneidade do que se imaginava em conformidade consigo mesmo”<sup>36</sup>.

Em sua concepção genealógica, a emergência é o ponto de surgimento de novas práticas: “é o princípio e a lei singular de um aparecimento”<sup>37</sup>. A emergência é por assim dizer resultado das correlações de força em uma sociedade. É o que produz a singularidade de um acontecimento, o seu não lugar na perspectiva da linearidade e continuidade de uma tradição histórica. Em Foucault encontramos que “a emergência é, portanto, a entrada em cena das forças; é sua interrupção, o salto pelo qual elas passam dos bastidores para o teatro, cada uma com seu vigor e sua própria juventude”<sup>38</sup>.

A emergência de novas práticas é, então, um afrontamento na medida em que duas formas de conceber o mundo e construir sua representação em formas discursivas não podem ocupar o mesmo espaço de poder e, por assim dizer, abrem caminho para um distanciamento e uma ruptura, uma em relação à outra. Ela significa uma nova forma pela qual os homens se apoderam do saber socialmente construído e atribui a ele novos significados.

O nascimento de Jesus em relação ao judaísmo pode ser pensado a partir do conceito foucaultiano de emergência, pois busca na tradição a singularidade da fé a partir da realização da promessa messiânica que ele representa. Com isso, pode-se dizer que a proveniência do cristianismo no interior do judaísmo expressa a emergência de um novo sentido de fé, baseado na revelação, distinto daquele expresso pela aliança judaica. Neste sentido pode-se afirmar que a genealogia traçada por Esdras para o povo judaico não explica o nascimento de Jesus.

35. FOUCAULT, Michel. *A microfísica do poder*. Rio de Janeiro: edições Graal, 1984.

36. FOUCAULT, Michel. *A microfísica do poder*, p. 21.

37. FOUCAULT, Michel. *A microfísica do poder*, p. 23.

38. FOUCAULT, Michel. *A microfísica do poder*, p. 24.

Esdras consolidou a religião judaica e seu caráter patriarcal a partir de princípios que fundamentam a hereditariedade como direito à salvação. No século I, Mateus, ao reconstruir a genealogia de Jesus, reforçou a experiência de fé fundamentada em seu nascimento, morte, ressurreição e ascensão, e ao mesmo tempo rompeu com as tradições judaicas, criando a possibilidade de identificação do cristianismo com grupos de marginalizados e excluídos no Império Romano, dentro da própria comunidade judaica, principalmente os étnicos.

O ideal messiânico apresenta a morte de Cristo como preço do resgate que Ele pagou para providenciar a salvação dos homens. Na tradição judaica, a redenção e a remissão, o *goelato*, relacionam-se ao caráter patriarcal da família; é um direito do primogênito, como um ato de comprar direitos de propriedade de parentes próximos. Remir é, assim, uma forma de manter os laços familiares e principalmente a propriedade (Gl 3,13–4,5 e Ap 5,9). O termo também pode significar libertação, quando utilizado como expressão da relação de amor entre Iahweh e o povo judeu, e sua redenção pela aliança (Jr 31,11). Nos cristianismos originários Cristo é a remissão dos pecados (Ef 1,7; Cl 1,14), e a crença em sua morte, ressurreição e ascensão representa a libertação do poder do pecado, redefinindo o sentido de resgate, dando-lhe uma universalidade que o princípio de *goelato* não tem na tradição judaica. O sangue de Jesus, a sua morte na cruz, tem o poder de resgatar a todos que comungam em sua fé, refazendo o percurso entre passado, presente e futuro, no seu nascimento, vida, ministério, morte, ressurreição e ascensão. Essa estrutura temporal rompe com as tradições judaicas por sua abertura aos étnicos e sua perspectiva de gênero.

A perspectiva de gênero se faz presente no cristianismo em razão da importância que a maternidade tem na formação da religião. A figura da mãe é reforçada pela concepção de Maria como um projeto de Deus para concretizar a aliança, pois Cristo é o agente da redenção divina (Rm 3,24), realizado por meio da encarnação (Jo 1,12-14). Por isso nos cristianismos originários há uma preocupação em construir a genealogia de Jesus como forma de vincular seu nascimento às profecias messiânicas.

No Novo Testamento encontramos duas genealogias de Jesus, em Mateus (1,1-17) e em Lucas (3,23-38). Segundo a tradição biblista, as diferenças que aparecem nos dois relatos se devem possivelmente ao fato de que Lucas constrói sua genealogia pelo materno, isto é, por Maria, o que é bastante incomum nas tradições judaicas, assim como o é também a própria concepção da Virgem. Já Mateus traça a linha genealógica de Jesus pelo lado paterno, dentro da tradição judaica, embora atribua à mulher importante papel em sua construção genealógica, em especial a Tamar, Raab, Rute, Betsabeia e Maria. Para Ferreira<sup>39</sup> a referência a estas figuras femininas Mateus viola a jurisprudência israelita, lembrando que o grupo mateano dedicou-se à compreensão da *presença de Jesus na comunidade e com a justiça, como fundamento do poder* messiânico de Jesus, afirmando que o seu nascimento fazia cumprir a promessa divina de salvação.

39. FERREIRA, Joel Antônio. Op. cit., p. 117-179.

## As mulheres na genealogia de Jesus e o Livro de Mateus

Os livros de Mateus e Lucas apresentam o nascimento de Jesus, ressaltando o caráter sagrado da anunciação (Lc 1,27-38; Mt 1,18-25). O anúncio é, pois, uma interseção entre o sagrado e o humano que dará sentido à expressão “Deus conosco” como concretude das promessas proféticas (Is 7,14), muito embora em Mateus e Lucas o ato sagrado seja manifesto de forma diferente. Em Lucas (1,28-38), a anunciação é feita a Maria:

<sup>28</sup>“Entrando, o anjo disse-lhe: Ave, cheia de graça, o Senhor é contigo”.<sup>29</sup> Perturbou-se ela com estas palavras e pôs-se a pensar no que significaria semelhante saudação.<sup>30</sup> O anjo disse-lhe: Não temas, Maria, pois encontraste graça diante de Deus.<sup>31</sup> Eis que conceberás e darás à luz um filho, e lhe porás o nome de Jesus.<sup>32</sup> Ele será grande e chamar-se-á Filho do Altíssimo, e o Senhor Deus lhe dará o trono de seu pai Davi;<sup>33</sup> e reinará eternamente na casa de Jacó, e o seu reino não terá fim.<sup>34</sup> Maria perguntou ao anjo: Como se fará isso, pois não conheço homem?<sup>35</sup> Respondeu-lhe o anjo: O Espírito Santo descerá sobre ti, e a força do Altíssimo te envolverá com a sua sombra. Por isso o ente santo que nascer de ti será chamado Filho de Deus.<sup>36</sup> Também Isabel, tua parenta, até ela concebeu um filho na sua velhice; e já está no sexto mês aquela que é tida por estéril,<sup>37</sup> porque a Deus nenhuma coisa é impossível.<sup>38</sup> Então disse Maria: Eis aqui a serva do Senhor. Faça-se em mim segundo a tua palavra. E o anjo afastou-se dela.

Em Mateus a anunciação é feita a José (1,18-20):

<sup>18</sup>Eis como nasceu Jesus Cristo: Maria, sua mãe, estava desposada com José. Antes de coabitarem, aconteceu que ela concebeu por virtude do Espírito Santo.<sup>19</sup> José, seu esposo, que era homem de bem, não querendo difamá-la, resolveu rejeitá-la secretamente.<sup>20</sup> Enquanto assim pensava, eis que um anjo do Senhor lhe apareceu em sonhos e lhe disse: José, filho de Davi, não temas receber Maria por esposa, pois o que nela foi concebido vem do Espírito Santo.<sup>21</sup> Ela dará à luz um filho, a quem porás o nome de Jesus, porque ele salvará o seu povo de seus pecados.<sup>22</sup> Tudo isto aconteceu para que se cumprisse o que o Senhor falou pelo profeta:<sup>23</sup> Eis que a Virgem conceberá e dará à luz um filho, que se chamará Emanuel, que significa: Deus conosco.<sup>24</sup> Despertando, José fez como o anjo do Senhor lhe havia mandado e recebeu em sua casa sua esposa.<sup>25</sup> E, sem que ele a tivesse conhecido, ela deu à luz o seu filho, que recebeu o nome de Jesus.

No entanto, para os dois evangelistas a maternidade assume em suas narrativas um lugar primordial e o nascimento de Jesus tem um sentido axial, confirmando as promessas proféticas presentes nas tradições e na memória do povo judaico. Considerando que se trata de uma sociedade tradicionalmente marcada pelo patriarcalismo, a partir do qual se constroem as genealogias excluindo as mulheres dos relatos que tratam das estruturas familiares, o nascimento de Jesus representa uma ruptura e a emergência de uma nova estrutura genealógica reforçada pela maternidade.

A maternidade é apresentada como uma forma de poder que reveste o nascimento como um projeto sagrado: em Lucas o anjo saudou Maria com reverência, “Entrando, o anjo disse-lhe: Ave, cheia de graça, o Senhor é contigo”; e em Mateus José ultrapassou todos os limites impostos pela tradição em relação ao adultério, “José fez como o anjo do Senhor lhe havia mandado e recebeu em sua casa sua esposa”. A maternidade configura-se assim como uma forma de poder feminino.

Segundo Perrot, poder é um termo polissêmico “no singular, ele tem uma conotação política e designa a figura central do Estado, que comumente se supõe masculina. No plural ele se estilhaça em fragmentos múltiplos, equivalente a ‘influências’ difusas e periféricas, onde as mulheres têm sua grande parcela”<sup>40</sup>. A maternidade confere a Maria uma potencialidade criadora que lhe atribui o destino da humanidade, o nascimento da criança sagrada é a síntese genealógica que dá sentido às promessas messiânicas do povo judaico, à própria palavra sagrada como a Mãe de Deus, confirmando a proveniência divina de Jesus.

Muito embora sejam encontradas em Lucas e Mateus estratégias genealógicas diferentes, Lucas reforça o caráter sagrado da concepção da Virgem, imaculada, e, portanto, a proveniência de Jesus é apontada a partir de Maria.

Mateus, apesar de traçar uma linha genealógica de Jesus a partir de José, reforçou a maternidade como plano do ato de Deus, ao incluir na genealogia de Jesus personagens femininas e atribuir-lhes importância histórica. Estas figuras femininas não se enquadram nos padrões tradicionais da sociedade israelita: Tamar fez-se de prostituta; Raab era prostituta e estrangeira; Rute era estrangeira, pobre e viúva; Betsabeia cometeu adultério; Maria foi acusada de adultério. Para Ferreira<sup>41</sup>, todas estas mulheres fazem parte da plenitude do plano de Deus: Tamar preparou um projeto, ao se deitar com seu sogro e conceber, redefinindo a Lei do Levirato judaica; Raab realizou um projeto ao colaborar com Josué; Rute se determinou por um projeto, fazendo com que Booz amplie a lei do *goelato* superando a condição de pobreza, sua própria e a de Noemi, sua sogra; Betsabeia gerou Salomão do rei Davi, “a principal pessoa, na perspectiva messiânica, da dinastia que chega até Jesus”<sup>42</sup>; Maria, enfim, ao conceber o Cristo como símbolo da realização profética, foi a mulher que simboliza a realização do plano divino em toda sua plenitude.

### **Considerações finais**

A maternidade se apresenta em Maria como atributo feminino por excelência, não só pela sua concepção, mas, também, por sua resignação. Ao conceber ela também é capaz de antever o destino do filho, a morte na cruz como forma de redenção

40. PERROT, Michele. *Os excluídos da história: operários, mulheres e prisioneiros*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.

41. FERREIRA, Joel Antônio. Op. cit., p. 178.

42. FERREIRA, Joel Antônio. Op. cit., p. 197.

dos pecados da humanidade, a qual ele também representa, pagando com o seu próprio sangue a remissão dos pecados dos homens, como é revelado por Paulo (Ef 1,7; Cl 1,14). O Apóstolo afirma que aquele que confia no sangue de Cristo é redimido (Rm 3,24-25), com isso é libertado da condenação, bem como da pena do pecado (Rm 8,1). A resignação é, por assim dizer, símbolo da submissão de Maria a um poder sobre o qual não possui nenhuma forma de controle, ao plano divino que traçou o destino do seu filho.

O sentido da construção genealógica de Jesus em Mateus é apresentar a possibilidade de redenção, mediante o sangue de Cristo. Portanto, a remissão paga com seu sangue significa a libertação do poder do pecado. Por isso o significado de seu nascimento é reforçado como a realização da promessa divina, anunciada pelos profetas dentro da tradição judaica. O projeto mateano reforça o caráter de sua comunidade composta por judeu-cristãos, como minoria dentro do Império Romano e em relação ao pensamento judaico dominante, pois, ao fundamentar na sua construção genealógica a presença divina em Jesus, estabelece uma relação entre passado, presente e futuro, que representa a emergência de um novo sentido de fé distinto da tradição do povo israelita.

### **Bibliografia**

- CHEVALIER, Jean; GHEERBRANT, Alain. *Dicionário de símbolos*. Rio de Janeiro: Livraria José Olímpio, 1997.
- DUBY, Georges; PERROT, Michele. *Imagens da mulher*. Porto Alegre: Afrontamentos, 1992.
- FERREIRA, Joel Antônio. *Paulo, Jesus e os marginalizados: leitura conflitual do Novo Testamento*. Goiânia: Editora da UCG, Editora América, 2009.
- FOUCAULT, Michel. *A microfísica do poder*. Rio de Janeiro: edições Graal, 1984.
- FOUCAULT, Michel. *Arqueologia do Saber*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1986.
- FREDERICK Engels. *The origin of the Family, private property and the state*. Londres: Lawrence and Wishart, 1941.
- GRIMAL, Pierre. *A civilização romana*. Lisboa: Edições 70, 1993.
- LE GOFF, Jacques. *História e memória*. Campinas, SP: Editora Unicamp, 1996.
- PERROT, Michele. *Os excluídos da história: operários, mulheres e prisioneiros*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.
- RICOEUR, Paul. *Tempo e narrativa*, Tomo III. Campinas: Papyrus, 1997.